



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE HORTOLÂNDIA - 0152

[1501 a 2000 processos]

Em 3 de março de 2020, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR Nº 3/2020, divulgado em 30/1/2020 no DEJT (Edição 2904/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 308/309. Presentes a MMA Juíza Substituta Auxiliar Fixa LUCIANE CRISTINA MURARO e a MMA Juíza Substituta FERNANDA FRARE RIBEIRO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Luís Cláudio da Silva e Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	HORTOLANDIA
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	16/12/2005
Data de Instalação do PJE:	07/11/2012
Data da Última Correição:	02/05/2019
Acervo Físico/Acervo Total:	1 %
Acervo PJe/Acervo Total:	99 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ALVARO DOS SANTOS	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
07/12/2018 a 17/02/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR EXERCER FUNÇÃO AUX.
13/05/2019 a 11/06/2019	FERIAS
30/05/2019 a 11/06/2019	SUSPENSAO DE FÉRIAS
21/10/2019 a 02/11/2019	FERIAS
20/12/2019 a 20/12/2019	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/05/2019 a 15/02/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FERNANDA FRARE RIBEIRO	10/05/2019 a 17/02/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/05/2019 a 20/05/2019	AFASTAMENTO - FALECIMENTO
16/10/2019 a 14/11/2019	FERIAS
20/01/2020 a 27/01/2020	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE

NOME	PERÍODO
LUCIANE CRISTINA MURARO DE FREITAS	08/01/2018 a 17/02/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/05/2019 a 11/06/2019	FERIAS
15/07/2019 a 26/07/2019	LICENCA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
02/09/2019 a 01/10/2019	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2019]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA PAULA D ELIA VINHAL	TJA	FC-02 ASSISTENTE	06/10/2014
ANDRE ARREGUY CARDOZO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	23/02/2015
BRUNO BORGES DA SILVA	AJ-OJA	-	02/10/2013
CAIO FLAVIO SERETTE	AJ-OJA	-	02/03/2007
DULCE MARIA VASCONCELLOS SEIXAS	TJA	-	03/10/2016
ELENIRA DE ANDRADE BICALHO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	14/05/2010
FILIFE SHINZATO COLEVATI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	13/10/2014
LUIS FABIANO DA SILVA	AJA	-	16/07/2018
MARCELO DE JESUS RANGEL MONTEIRO	TJA	FC-04 CALCULISTA	16/12/2005
NILZO LACERDA SOBRINHO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	13/10/2014
RUTE VERA LUCIA DE OLIVEIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	07/06/2006
SONIA CRISTINA DOS SANTOS SENHORETTI	REQ	FC-01 EXECUTANTE	16/11/2010
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [05/2019 a 12/2019]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	193
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	18
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	17
PARTICIPAÇÃO EM GREVE	2
TOTAL	232



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2019]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
CILENE FERNANDES TRINDADE	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2019
TAYNA ROBERTA DA SILVA PEDRO ROCHA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [05/2019 a 12/2019]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALVARO DOS SANTOS	1
FERNANDA FRARE RIBEIRO	16
LUCIANE CRISTINA MURARO DE FREITAS	16

SERVIDORES	HORAS
ANA PAULA D ELIA VINHAL	33
ANDRE ARREGUY CARDOZO	79
BRUNO BORGES DA SILVA	24
CAIO FLAVIO SERETTE	40
DULCE MARIA VASCONCELLOS SEIXAS	9
ELENIRA DE ANDRADE BICALHO	9
FILIFE SHINZATO COLEVATI	114
LUIS FABIANO DA SILVA	148
MARCELO DE JESUS RANGEL MONTEIRO	9
RUTE VERA LUCIA DE OLIVEIRA	9



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	953	453	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.125	373	---
	Aguardando prolação de sentença	83	80	---
	Aguardando cumprimento de acordo	198	311	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.857	1.265	---
	Pendentes de finalização	4.215	2.484	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	45	59	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	493	529	---
	Pendentes de finalização	538	588	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	798	1.032	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	54	128	---
	Pendentes de finalização	852	1.160	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	7	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	43	---
TOTAL		5.605	4.281	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [07/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.151	518	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.295	467	---
	Aguardando prolação de sentença	99	95	---
	Aguardando cumprimento de acordo	221	292	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.620	1.282	---
	Pendentes de finalização	4.384	2.653	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	75	110	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	464	450	---
	Pendentes de finalização	539	560	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	694	853	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	9	75	---
	Pendentes de finalização	703	928	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	6	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	22	---
TOTAL		5.626	4.169	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	355	339	59
Exceções de Incompetência	10	11	2
Antecipações de Tutela	103	95	7
Impugnações à Sentença de Liquidação	57	53	15
Embargos à Execução	103	96	32
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	0	0	0
TOTAIS	628	594	115

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [07/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	342	371	47
Exceções de Incompetência	14	14	4
Antecipações de Tutela	136	140	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	31	32	4
Embargos à Execução	92	88	28
Embargos à Arrematação	2	1	4
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	0	0	0
TOTAIS	617	646	88



6 - RECURSOS [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	995	1.008	55
Recurso Adesivo	57	64	5
Agravo de petição	103	119	5
Agravo de Instrumento	6	6	1
TOTAIS	1.161	1.197	66

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [07/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.060	1.049	116
Recurso Adesivo	58	63	9
Agravo de petição	79	81	7
Agravo de Instrumento	9	4	2
TOTAIS	1.206	1.197	134



7 - PRAZOS MÉDIOS [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	236	251	149	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.094	634	337	---
Total / Média	1.330	566	269	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	231	251	158	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.026	642	365	---
Total / Média	1.257	570	289	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	164	14	22	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	829	22	32	---
Total / Média	993	20	29	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	119	96	139	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	577	171	226	---
Total / Média	696	159	209	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	29	1.271	1.434	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	29	1.059	1.347	---
Total / Média	58	1.165	1.409	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [07/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	274	267	169	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.304	549	386	---
Total / Média	1.578	500	322	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	262	279	176	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.256	560	409	---
Total / Média	1.518	511	340	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	164	19	26	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	943	26	43	---
Total / Média	1.107	25	39	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	82	215	167	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	408	169	219	---
Total / Média	490	177	211	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	45	1.131	1.025	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	11	758	1.248	---
Total / Média	56	1.057	1.075	---

*Do início até a extinção da execução

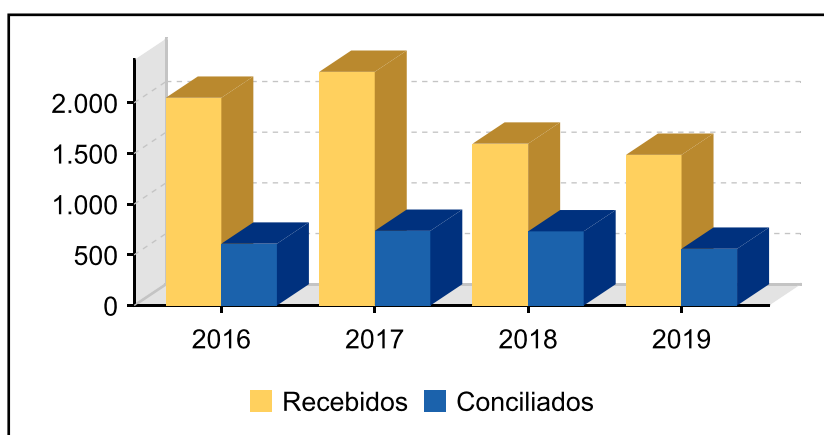


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

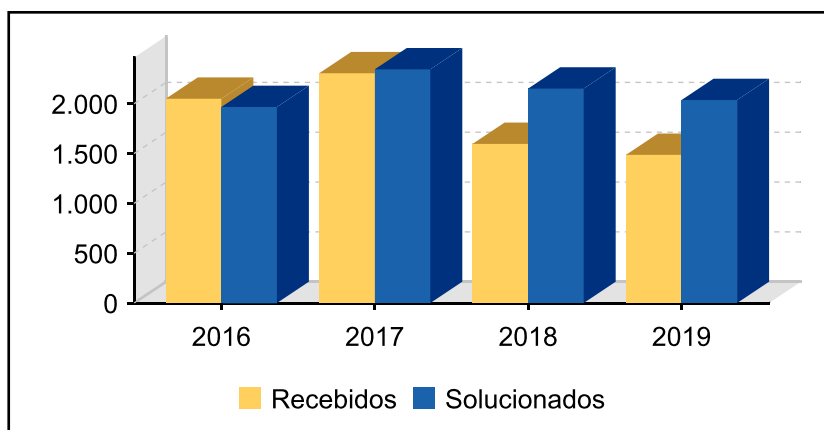
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2019]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2016	2.050	610	29,76
2017	2.306	737	31,96
2018	1.597	732	45,84
2019	1.487	560	37,66



8.2 - Índice de soluções [até 12/2019]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2016	2.050	1.967	95,95
2017	2.306	2.345	101,69
2018	1.597	2.152	134,75
2019	1.487	2.037	136,99



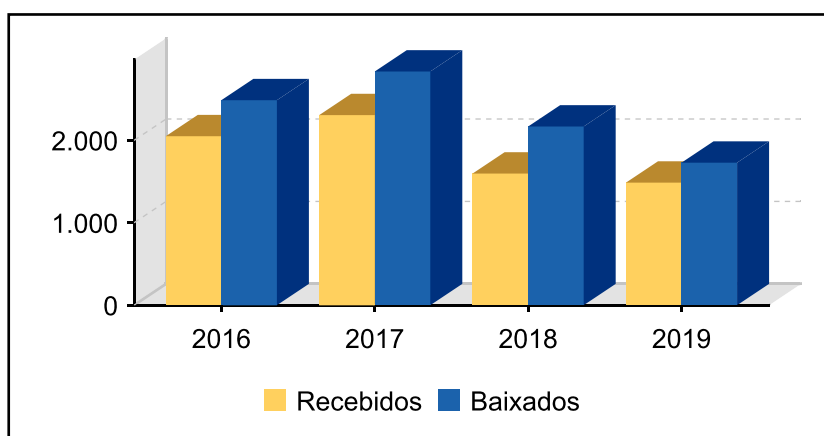


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

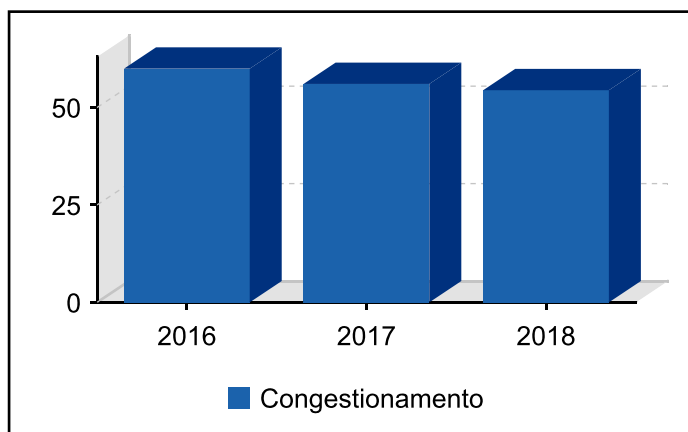
8.3 - Índice de baixas [até 12/2019]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2016	2.050	2.487	121,32
2017	2.306	2.835	122,94
2018	1.597	2.168	135,75
2019	1.487	1.729	116,27



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2016	2.863	2.050	1.967	59,96
2017	3.028	2.306	2.345	56,04
2018	3.125	1.597	2.152	54,43

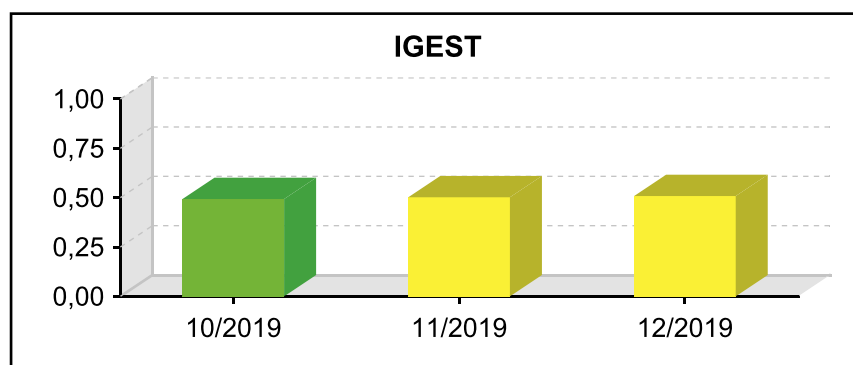
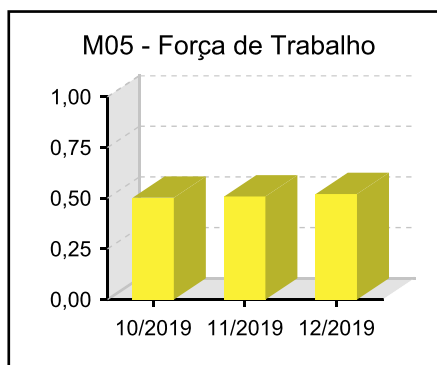
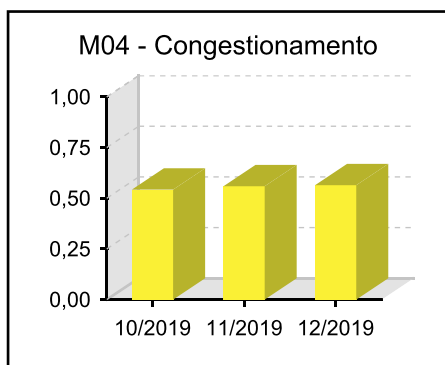
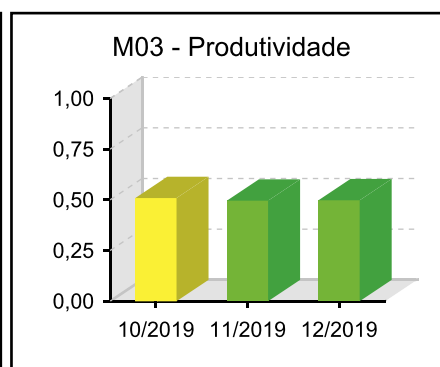
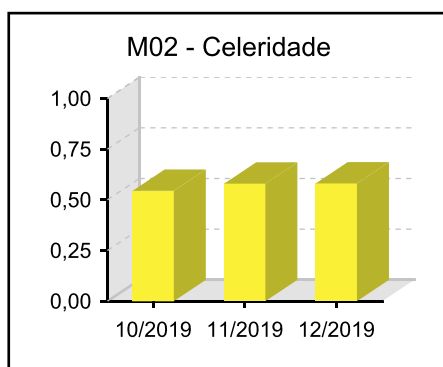
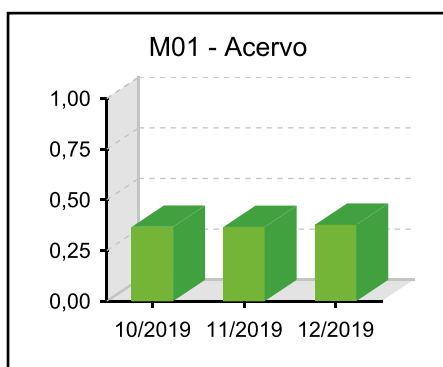




9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2019	0,3670	0,5445	0,5088	0,5427	0,5024	0,4931
11/2019	0,3661	0,5799	0,4960	0,5593	0,5086	0,5020
12/2019	0,3770	0,5809	0,4980	0,5644	0,5208	0,5082





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[01/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	560	46,7	29,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.304	108,7	68,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.864	155,3	98,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	173	14,4	9,1
Incidentes Processuais Resolvidos	866	72,2	45,7
Dias-Juiz	569	47,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	25.231	56,8	39,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	33.959	76,5	52,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	59.190	133,3	91,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	5.943	13,4	9,2
Incidentes Processuais Resolvidos	22.183	50,0	34,4
Dias-Juiz	19.341	43,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	114.909	62,6	41,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	157.312	85,7	57,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	272.221	148,3	99,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	32.344	17,6	11,8
Incidentes Processuais Resolvidos	103.032	56,1	37,5
Dias-Juiz	82.532	45,0	---

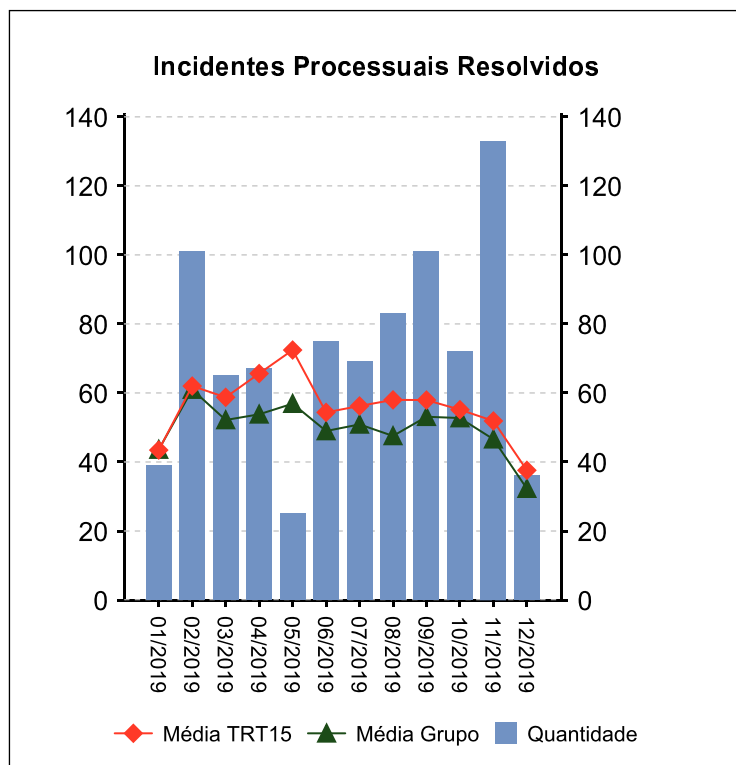
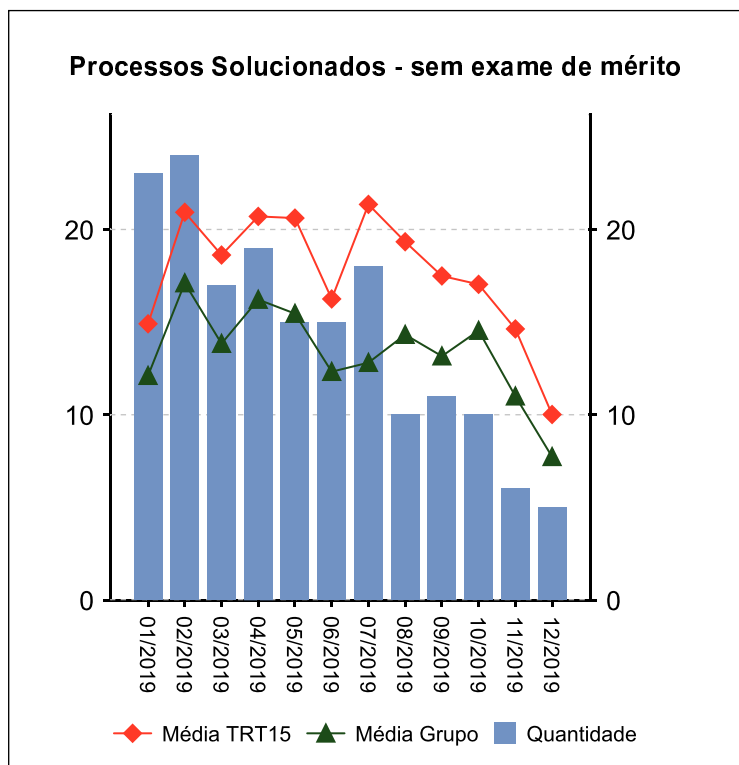
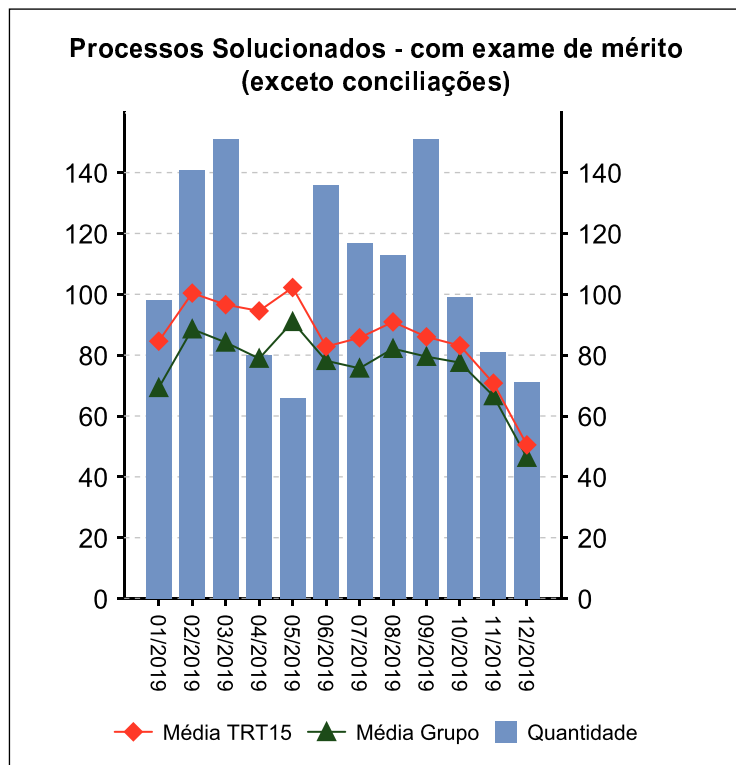
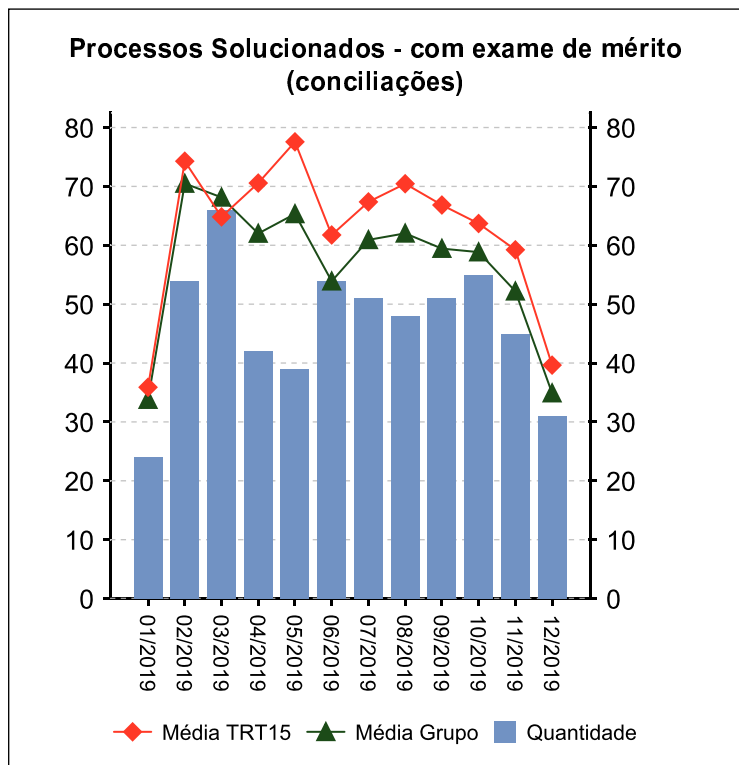
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[01/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	298	24,8	15,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	891	74,3	47,0
Sessões de audiência realizadas - una	1.022	85,2	53,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	89	7,4	4,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	175	14,6	9,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.913	159,4	100,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	264	22,0	13,9
Dias-Juiz	569	47,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	19.341	43,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	82.532	45,0	---

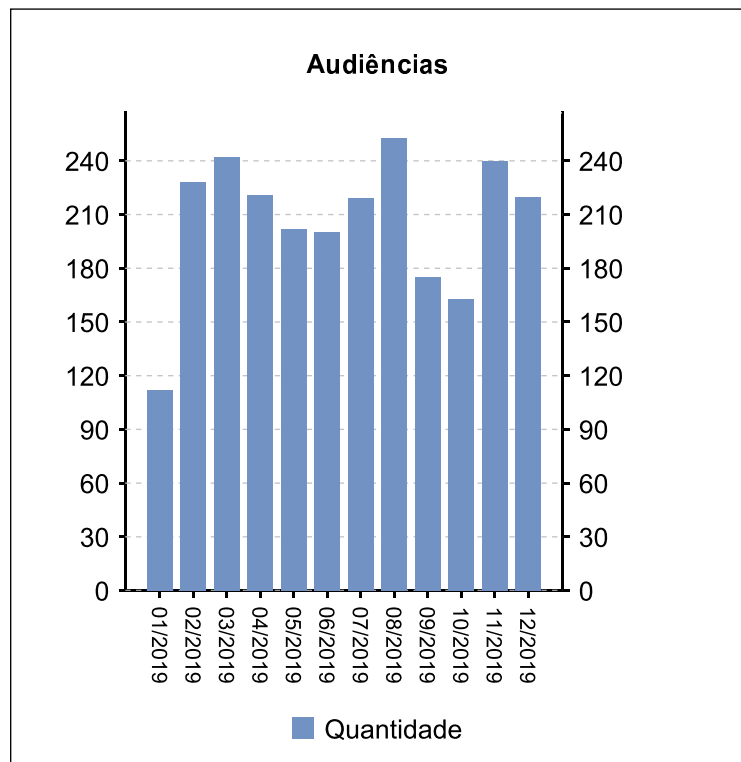


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

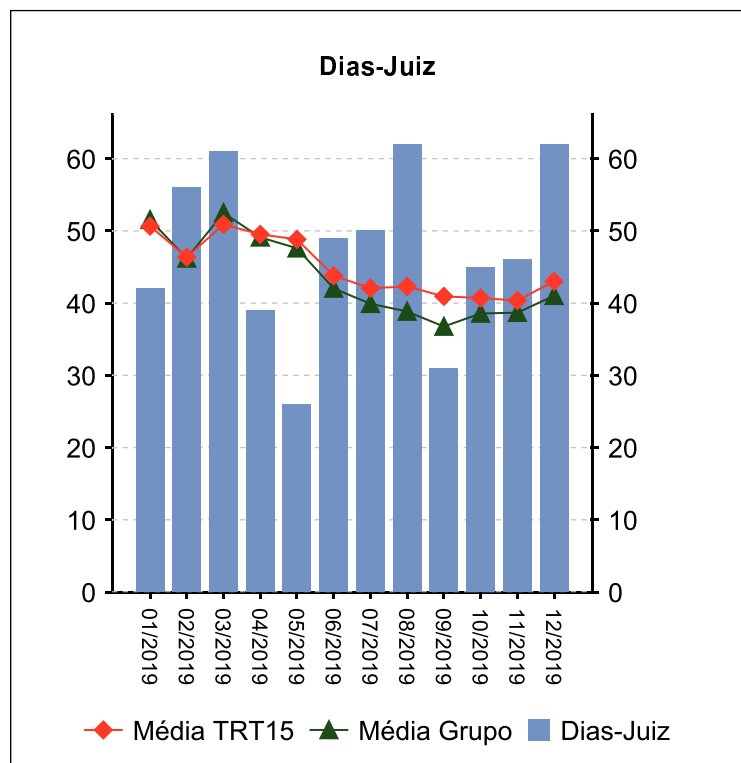
[01/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2019	0	0	10	29	73	112
02/2019	6	15	12	70	125	228
03/2019	5	44	27	70	96	242
04/2019	4	1	36	63	117	221
05/2019	6	1	66	39	90	202
06/2019	4	1	19	74	102	200
07/2019	10	12	35	67	95	219
08/2019	5	21	3	93	131	253
09/2019	11	31	28	105	0	175
10/2019	9	18	0	128	8	163
11/2019	15	25	3	91	106	240
12/2019	14	6	59	62	79	220
Total	89	175	298	891	1022	2475



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2019	42
02/2019	56
03/2019	61
04/2019	39
05/2019	26
06/2019	49
07/2019	50
08/2019	62
09/2019	31
10/2019	45
11/2019	46
12/2019	62
Média Mensal	47,4



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	690	57,5	35,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.265	105,4	65,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.955	162,9	101,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	294	24,5	15,3
Incidentes Processuais Resolvidos	957	79,8	49,8
Dias-Juiz	577	48,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	28.493	64,2	40,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	34.855	78,5	49,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	63.348	142,7	90,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.889	15,5	9,8
Incidentes Processuais Resolvidos	21.906	49,3	31,3
Dias-Juiz	21.021	47,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.670	70,1	44,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	164.867	89,8	56,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	293.537	159,9	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	38.690	21,1	13,3
Incidentes Processuais Resolvidos	101.714	55,4	35,0
Dias-Juiz	87.228	47,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

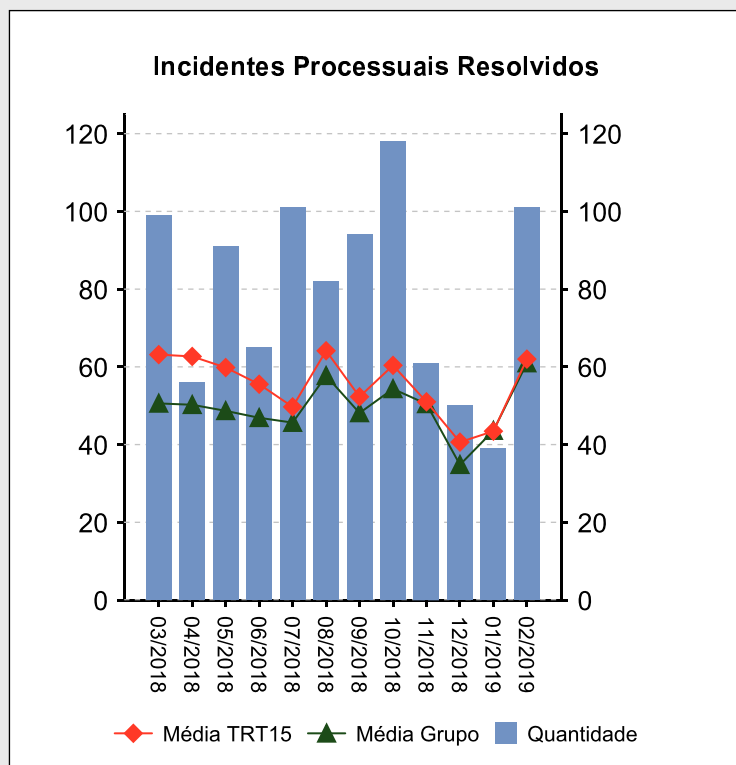
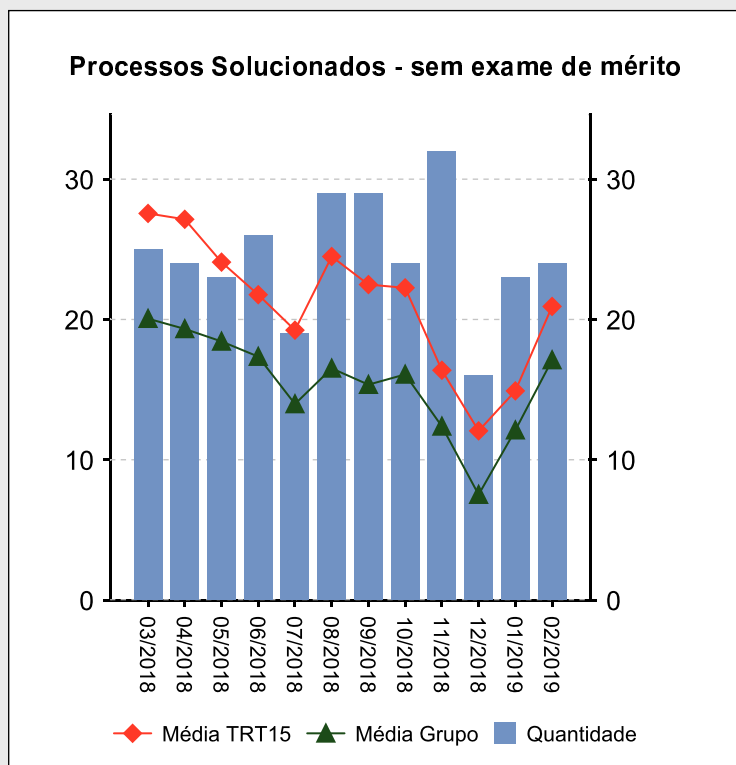
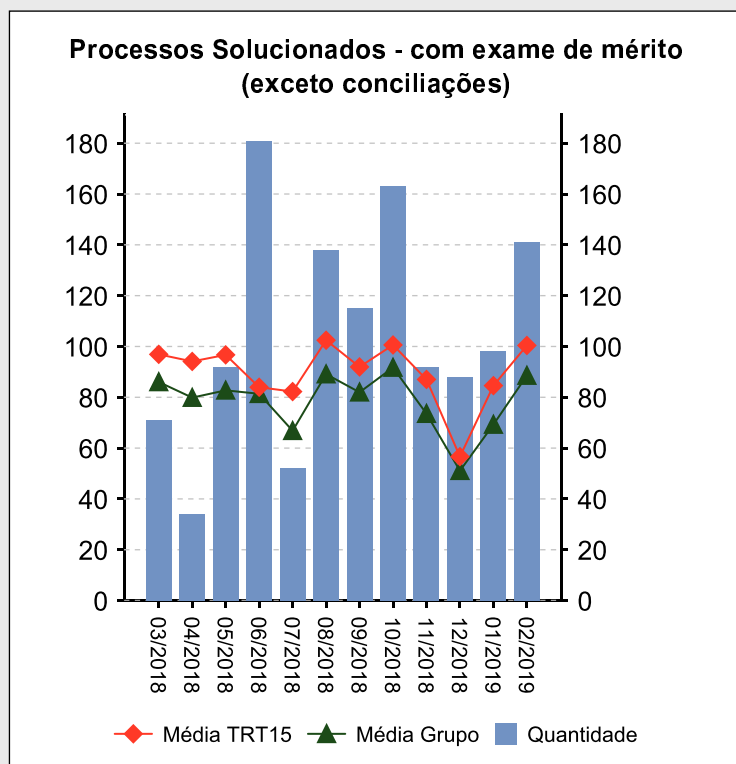
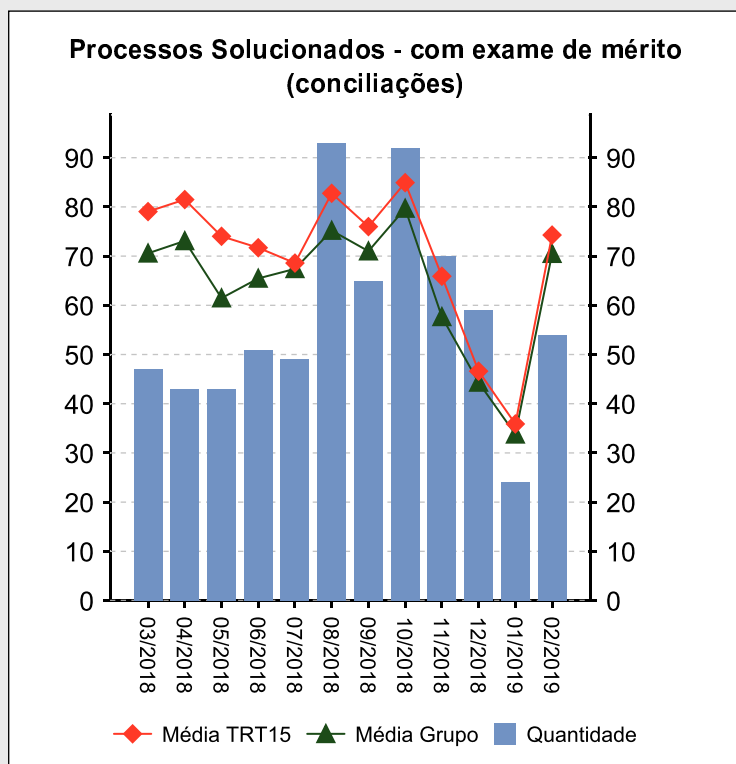
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	636	53,0	33,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	711	59,3	37,0
Sessões de audiência realizadas - una	1.409	117,4	73,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	105	8,8	5,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	131	10,9	6,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.120	176,7	110,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	236	19,7	12,3
Dias-Juiz	577	48,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	21.021	47,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.228	47,5	---



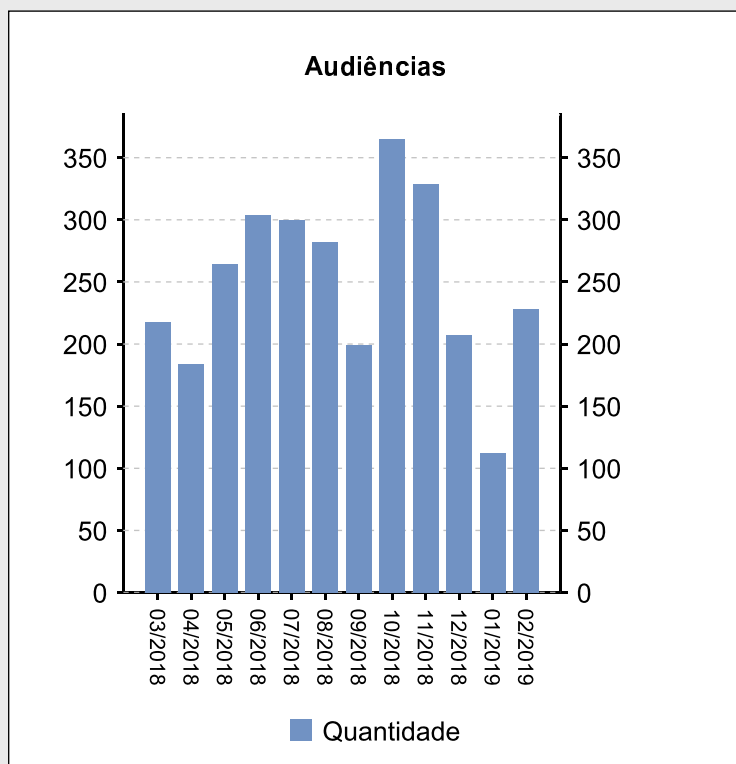
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

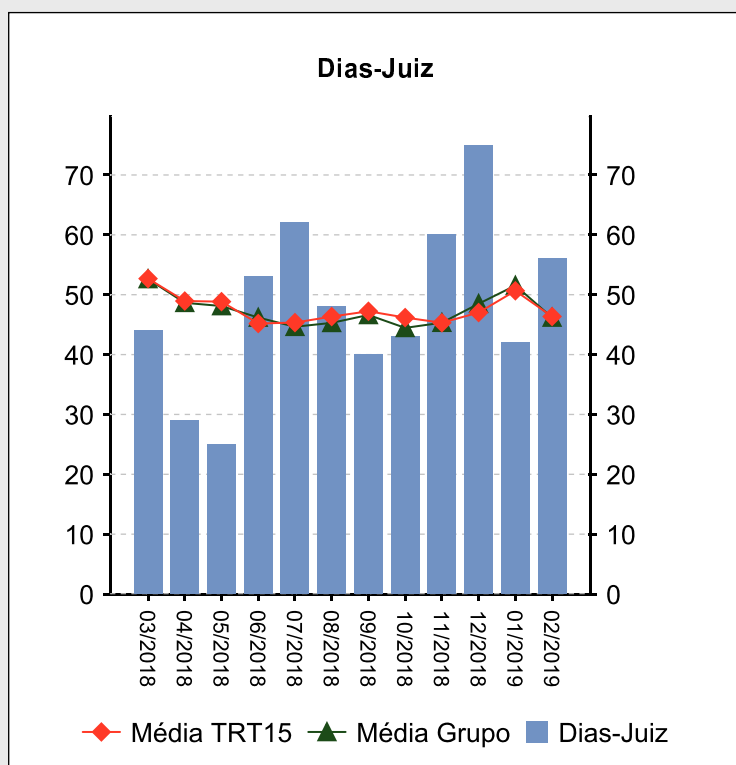
[03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2018	8	40	19	55	96	218
04/2018	42	1	0	46	95	184
05/2018	4	44	77	42	97	264
06/2018	4	12	58	77	153	304
07/2018	0	0	56	78	166	300
08/2018	7	0	78	69	128	282
09/2018	2	1	36	49	111	199
10/2018	11	16	112	74	152	365
11/2018	1	2	133	68	125	329
12/2018	20	0	45	54	88	207
01/2019	0	0	10	29	73	112
02/2019	6	15	12	70	125	228
Total	105	131	636	711	1409	2992



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
03/2018	44
04/2018	29
05/2018	25
06/2018	53
07/2018	62
08/2018	48
09/2018	40
10/2018	43
11/2018	60
12/2018	75
01/2019	42
02/2019	56
Média Mensal	48,1



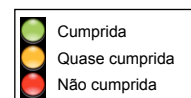
11 - METAS NACIONAIS 2018:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 92% dos processos recebidos no ano corrente

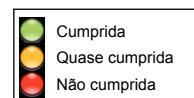
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1597	2152	1469	0	133	179	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016

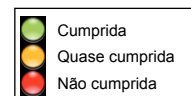
Processos distribuídos até 31/12/2016	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2050	1845	1815	30	179	50	28 %	98 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 92% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
511	709	470	0	43	59	100 %





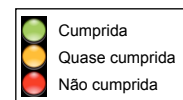
11 - METAS NACIONAIS 2018:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Processos pendentes da meta em 31/12/2015	Processos solucionados a partir de 01/01/2016	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
15	15	0	1	93 %





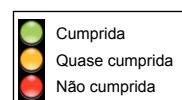
11 - METAS NACIONAIS 2018:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2018	Meta	Grau de Cumprimento
610	512	586	100 %





12 - ARRECADAÇÃO [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 200.403,00	R\$ 112.617,99	R\$ 0,00	R\$ 1.226.922,72



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2014	2
2015	1
2016	37
2017	335
2018	635
2019	1151



14 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

14.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários, agravos de petição e recursos adesivos interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”; processa o agravo de petição, somente quando o agravante delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados e se o ato impugnado comportar recurso;

14.2 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

14.3– determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Porém, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC;

14.4 – faz uso do sistema BACENJUD e, em consulta efetuada na data de 19/02/2020, verificou-se a existência de 15.293 (quinze mil e duzentos e noventa e três) protocolos nos últimos 12 (doze) meses, sem pendências;

14.5 – há audiências designadas em 4 (quatro) dias da semana;

14.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 175 (cento e setenta e cinco) no período de 01/2019 a 12/2019;

14.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



liquidação de sentença; quitação; oposição de embargos e data de conclusão às MM^{as} Juízas para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

15 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade até:

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO (número de processos)		PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (número de dias)	
		<i>Informação que constou na ata de 2019</i>	<i>Informação para a correição de 2020</i>	<i>Informação que constou na ata de 2019</i>	<i>Informação para a correição de 2020</i>
	<i>Data mais distante com pauta regularmente marcada.</i>				
INICIAIS/ Ord:	03/08/2020	-	-	-	102
INICIAIS/ Sum:	03/08/2020	-	-	-	102
UNAS/ Ord:	21/01/2021	9	-	227	195
UNAS/Sum:	21/01/2021	12	-	227	195
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	27/01/2021	124	-	409	199
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	27/01/2021	-	-	-	199
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	27/01/2021	6	-	409	199



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	27/01/2021	-	-	-	199
CONCILIAÇÃO:	-	-	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-	-	-
INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-	-	8	-	95

Observações:

São realizadas audiências de mediação mensalmente, mas sem pauta fixa – a exemplo, em fevereiro já foram realizadas 50 (cinquenta) audiências na fase de conhecimento.

As inquirições de testemunha, ordinariamente, são designadas na pauta da manhã – 1 a 2 por dia, a depender da existência de audiência de conciliação designada.

Neste momento, a 1ª vaga na pauta é em 11/06/2020, existindo 8 (oito) processos pendentes de designação.

A pauta da manhã somente fica disponível quando se sabe o período de férias das magistradas. Nesse momento (20/2/2020) a pauta da manhã está completa para o ano de 2020 e bloqueada para 2021.

15.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS

(fonte: Vara do Trabalho)

15.1.1 – JUIZ TITULAR ou JUÍZA SUBSTITUTA

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
terça	manhã	1 ou 2	-	3 ou 2	-	-	4
	tarde	3	2	5	-	-	10
quarta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



quinta	manhã	1 ou 2	-	3 ou 2	-	-	4
	tarde	3	2	5	-	-	10
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

15.1.2 – JUÍZA AUXILIAR FIXA

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	1 ou 2	-	3 ou 2	-	-	4
	tarde	3	2	5	-	-	10
terça	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	1 ou 2	-	3 ou 2	-	-	4
	tarde	3	2	5	-	-	10
quinta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

Observações:

Como dito, existem, ainda, audiências de CPI e HotrEx “encaixadas” na pauta.

As Magistradas se revezam – fazendo pauta integral de dois dias na semana, uma 2ª e 4ª e outra 3ª e 5ª.

**16 – EXECUÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO COLETIVO (PEC)
ELABORADO PELA UNIDADE E SITUAÇÃO ATUAL - CONSTATAÇÕES:**

Durante a visita correicional anterior, o Senhor Diretor de Secretaria da Unidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



apresentou a Vara do Trabalho e, em termos sucintos, o Plano de Engajamento Coletivo (PEC) ao Excelentíssimo Corregedor Regional.

No plano elaborado de forma coletiva entre Magistrados e servidores, foram fixados os seguintes objetivos visando a melhoria da prestação jurisdicional:

- 1 – Melhora dos índices no IGest, principalmente os relacionados à fase de conhecimento;
- 2 – Utilização da mediação como ferramenta para solução dos conflitos;
- 3 – Priorização da Meta 2 do CNJ;
- 4 – Análise mensal da pauta, visando a diminuição dos prazos médios;
- 5 – Realização de pelo menos 1 (uma) pesquisa por mês com utilização do sistema SIMBA.

No acompanhamento pós-correição, constatou-se que a Unidade apresentou regularmente os relatórios com os resultados obtidos após a implementação do PEC, ora finalizado.

Analisando os dados apurados durante o período correicional anterior, aqueles do pós-correição e os da atual situação da Unidade, ora apresentados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional sugere algumas medidas para materialização das ações propostas, a fim de serem alcançados melhores resultados e efetividade na prestação jurisdicional.

Assim, indicar, no quadro 8 - Cronograma de Execução e Resultados Alcançados, datas idênticas para apresentação dos resultados dos objetivos dois (eventual adequação de pauta) e três (prazos e pendências das fases de execução e liquidação), no que couber, visto que está planejado a apresentação de resultados do objetivo três no final do mês de março, o que pode ser mantido. O Plano de Engajamento Coletivo deverá ser enviado, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da publicação da ata, observando as orientações constantes da Ordem de Serviço CR Nº 07/2019.

Constata-se que a unidade registrou apenas um processo (0080700-38.2009.5.15.0152) no GIGS para fins de controle de processos que aguardam pagamento de RPV/Precatório, o que pode estar incompatível com as 17 ocorrências com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



inclusão de CHIPS. Portanto, a Unidade deve observância ao procedimento de utilização de CHIPS disponíveis no Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (Pje-JT), conforme a Ordem de Serviço CR nº 04/2019, combinado com o COMUNICADO nº 7/2019-CR que estabelece a utilização do GIGS para controle de processos em que foi expedido ofício precatório e ofício requisitório de pequeno valor e estejam aguardando pagamento.

A Unidade informa que eventual inclusão de carta precatória inquiritória encontra vaga na pauta em 11/06/2020, ou seja, daqui 100 (cem) dias somente. É certo que esse prazo, entre outros aspectos, impacta a celeridade processual da unidade deprecante cuja instrução dependa do cumprimento apenas dessa carta. Nesse sentido, a Unidade deve observância à norma que recomenda aos Magistrados de Primeiro Grau que a audiência para cumprimento de Cartas Precatórias Inquiritórias seja designada extraordinariamente, fora da pauta regular, conforme dispõe a Recomendação CR nº 11/2019.

A Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional teceu comentários a respeito do prazo para a realização das audiências unas e de instrução e reconheceu os esforços já envidados por meio das designações de mediação, que propiciaram a redução desses lapsos em relação ao que restou apurado na correição anterior. Todavia, tais audiências continuam com prazos excessivos para serem realizadas (janeiro/2021). Assim, considerando:

- a média trienal (2017/2018/2019) de 1.796 (mil setecentos e noventa e seis) processos distribuídos;
- a redução de novos processos ajuizados (2.306, 1.597 e 1.487) nesse triênio;
- e a autuação de dois magistrados na unidade.

Após apreciar as ponderações das MMas. Juízas - a existência de uma única sala de audiência, o afastamento do secretário de audiência por 8 (oito) meses, a atuação do Diretor de Secretaria na audiência e, por fim, o retorno do secretário de audiência há alguns dias – a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora concluiu que um plano de ação afigura-se adequado.

Assim, recomenda que as MMas. Juízas apresentem um plano de ação para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



incrementar a pauta de audiências, entre Unas e de Instruções, com prioridade para o procedimento sumaríssimo. Prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação da presente ata.

A Unidade é recomendada a observar, com rigor, a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de 19 de dezembro de 2019 para além dos normativos desta Corregedoria Regional.

Reitera-se a importância da *Wiki* Nacional (Fluxo Nacional – JT), ferramenta indicada pela Corregedoria para treinamento e capacitação constante da equipe.

Registra-se a colocação da Unidade no IGest dos últimos 3 (três) períodos de referência disponíveis:

Período de Referência	Cenário Regional	Cenário Nacional
01/2019 a 12/2019	115°	1.312°
10/2018 a 09/2019	110°	1.159°
07/2018 a 06/2019	111°	1.194°

A Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional frisou a necessidade da adoção de providências e estratégias que possam aprimorar a gestão dos processos, para evitar a elevação dos índices no IGest, que comprometem a posição da Unidade no cenário regional e nacional.

17 – CUMPRIMENTO DE NORMATIVOS:

NORMA	VERIFICAÇÃO (pesquisa por amostragem)
Ordem de Serviço CR Nº 02/2019 - Cadastramento de Execução Fiscal ou exclusivamente Previdenciária no EXE 15	Cumprem o normativo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Ordem de Serviço CR Nº 03/2019 – Utilização do SABB	Cumprem o normativo.
Portaria CR Nº 06/2019 – Prazo para remessa de Recurso	Cumprem o normativo.
Portaria CR Nº 07/2019 – Análise de Petição com depósito de valores	Cumprem o normativo.
Provimentos GP-CR Nº 03 e Nº 05/2019 – Notificações para entes públicos	Cumprem o normativo.
Recomendação CR Nº 06/2019 – Evitar negar processamento ao Agravo de Instrumento	Cumprem o normativo.
Recomendação CR Nº 07/2019 – colocar nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”	Cumprem o normativo.
Comunicado CR Nº 11/2019 – utilização de cartas simples	Cumprem o normativo.
Comunicado CR Nº 16/2019 – necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo.	Cumprem o normativo.

18 – DETERMINAÇÕES:

18.1 – Promover o registro nos autos, mediante despacho, da determinação ou solicitação de envio e expressa anuência do juiz que está na direção do processo, pelas regras de distribuição, antes de proceder a remessa dos autos ao CEJUSC;

18.2 – Não se recusar o Juízo, como deprecado da carta precatória inquiritória, ao seu cumprimento pela ausência de depoimentos pessoais das partes ou dos quesitos;

18.3 – Manter a anotação de CTPS realizada pela secretaria da Vara do Trabalho, sem identificação do servidor responsável, nem sequer indicação da existência de determinação judicial a respeito; e com expedição de certidão consignando a determinação judicial de anotação, a fim de confirmar a autenticidade do registro, a qual é entregue ao trabalhador acompanhada do documento;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



18.4 – Cumprir com rigor o Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019 que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados, especialmente:

18.4.1 – Manter ampla pesquisa prévia à disponibilização de qualquer saldo existente em conta judicial ao devedor de créditos trabalhistas, após satisfeitos os créditos dos processos, a fim de identificar demais processos que tramitem em face do mesmo devedor no Setor de Distribuição de Feitos, nos sistemas de gestão de processos judiciais anteriores ao PJe de cada TRT e no sistema do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT).

18.4.2 – Manter o remanejamento dos recursos de processos ativos pendentes na mesma unidade judiciária, para quitação das dívidas, seguindo-se o arquivamento definitivo do processo já quitado, desvinculando-o da conta judicial ativa;

18.4.3 – Manter a informação de existência de numerário disponível aos juízos de outras unidades judiciárias onde esteja constatada a existência de processos pendentes, a fim de que adotem as providências necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo de outras medidas estabelecidas em acordos de cooperação;

18.4.4 – Disponibilizar os valores ao devedor, com previsão de prazo não inferior a 30 (trinta) dias para saque, se decorrido o prazo acima de 10 (dez) dias, sem qualquer manifestação dos juízes eventualmente interessados;

18.4.5 – Valer-se dos sistemas de pesquisa disponíveis no Tribunal para identificar o domicílio atual do executado, a existência de conta bancária ativa ou, ainda, de conta ativa do FGTS, a fim de proceder ao depósito do numerário, transcorrido o prazo acima de 30 (trinta) dias, sem levantamento do valor pelo devedor;

18.4.6 – Determinar a abertura de conta poupança na Caixa Econômica Federal em nome do executado e o encaminhamento da informação para esta Corregedoria Regional, se não localizado o executado, tampouco informações anteriores disponíveis para pagamento;

18.4.7 – Manter expressamente, na determinação judicial para saque, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



informação de que o pagamento deverá ser efetuado considerando-se o valor atualizado até o dia do efetivo levantamento, bem como a obrigação de o banco proceder ao encerramento da conta judicial, em qualquer hipótese, para liberação dos valores em contas judiciais;

18.4.8 – Aplicar os mesmos procedimentos acima previstos quando o crédito encontrado no processo pertença ao credor das parcelas trabalhistas, advogados ou peritos judiciais, desde que, devidamente intimados, não procedam ao saque dos valores depositados nas contas judiciais no prazo de 30 (trinta) dias;

18.4.9– Manter a expedição de alvará de rateio com a identificação dos valores devidos a título de custas processuais, contribuições previdenciárias e imposto de Renda, determinando o procedimento de recolhimentos correspondentes no prazo máximo de 10 (dez) dias ao banco;

18.5 – Manter observância ao Comunicado CR N° 13/2019, o qual divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências;

18.6 – Determinar a revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas Eletrônicos de pesquisas patrimoniais, conforme estabelecido na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

18.7 – Manter a observância dos normativos: Ordem de Serviço CR N° 02/2019 (cadastramento de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no EXE 15); Ordem de Serviço CR N° 03/2019 (utilização do SABB); Portaria CR N° 06/2019 (prazo para remessa de Recurso); Portaria CR N° 07/2019 (análise de petição com depósito de valores); Provimentos GP-CR N° 03 e N° 05/2019 (notificações para entes públicos); Recomendação CR N° 06/2019 (evitar negar processamento ao agravo de instrumento); Recomendação CR N° 07/2019 (incluir nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”); Comunicado CR N° 11/2019 (utilização de cartas simples); Comunicado CR N° 16/2019 (necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



18.8 – Apresentar plano de ação, no prazo de 15 (quinze) dias, que propicie, ao menos, redução de 30% (trinta por cento) no prazo para realização das audiências, notadamente, naquelas que estão com prazos superiores a 6 (seis) meses.

18.9 - Realizar semanalmente audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, em cumprimento ao art. 108 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

18.10 - Enviar o novo Plano de Engajamento Coletivo, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da publicação da ata, observando as orientações constantes da Ordem de Serviço CR N° 07/2019.

19 - RECOMENDAÇÕES:

19.1 - apoiar e ampliar a adoção de medidas de incentivo à mediação, com a participação dos servidores da Unidade integrados aos do CEJUSC na realização de audiências por ele realizadas.

19.2 - designar ao menos um servidor da Unidade para auxiliar nos trabalhos, quando se tratar de pautas especiais ou temáticas estruturadas, nos termos do parágrafo único do artigo 9º da Resolução Administrativa nº 04/2017.

20– VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve visitas ou atendimento.

21 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

21.1 – O MMº Juiz Titular Álvaro dos Santos está autorizado a residir fora da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



jurisdição e atua como Juiz Auxiliar da Presidência no biênio 2018/2020.

21.2 – A MMª Juíza Substituta Auxiliar Fixa Luciane Cristina Muraro de Freitas reside na sede da circunscrição e possui em andamento solicitação para residir fora (PROAD nº 27637/2019).

21.3 – A MMª Juíza Substituta Fernanda Frare Ribeiro está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PROAD nº 7241/2019).

21.4 – A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com as Magistradas, que enfatizaram a localização da Vara do Trabalho, por se tratar de região perigosa da cidade, e narraram assaltos e agressões a servidores e advogados. Dessa forma, impondo-se o fechamento do prédio e o conseqüente encerramento das atividades às 18 horas, com o término da jornada de trabalho do vigilante.

21.5 – Foi informado pelo Senhor Diretor de Secretaria da Vara que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e que foram expedidos ofícios às OABs da jurisdição.

22 – ENCERRAMENTO:

No dia 03 de março de 2020, às 16 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.